# MERCÊS, FILANTROPIA E POLÍTICA NO SERTÃO

**Ernesto Cerveira de Sena***

**RESUMO**: Este artigo mostra algumas das modalidades de ligação entre a Corte do Império do Brasil e o Mato Grosso, uma região considerada periférica, mas também essencial na intenção de construção e manutenção do país. A concessão de mercês, o trabalho filantrópico e o serviço no Estado eram elementos que poderiam mostrar a adesão aos propósitos civilizatórios e integradores do Império.

**PALAVRAS-CHAVE**: Império; integração; elites regionais.

**ABSTRACT:** This article shows some of the connection modalities between the Center of the Empire of Brazil and Mato Grosso, an area considered periphery, but also essential in the construction intention and maintenance of the country. The concession of graces, the philanthropic work and the service in the State were elements that could show the adhesion to the purposes of civilization and integration of the Empire.

**KEYWORDS**: Empire; integration; local elites.

No Império coube à Coroa tentar promover uma maior centralização política e administrativa, durante o chamado período de construção do Estado, apresentando-a como fundamental para superar o estágio de "incivilidade". Mesmo depois, a Coroa continuou a procurar a centralização e a recentralização num movimento que era o tecer de uma rede de relações, que mais parecia uma verdadeira teia de Penélope[1]. Dessa maneira, na busca para promover a associação entre os diversos habitantes do extenso Império, assim como para retirar da "barbárie" os que não tinham o "espírito associativo", era necessária a disseminação da educação. Ela seria um instrumento poderoso de integração nacional, de transformação dos hábitos da população, de inclusão dos *homens do mato* na cultura da

* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto na Graduação e Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

[1] Pois nunca se completava inteiramente. Ver, MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema.* São Paulo/Brasília: Hucitec-INL, 1987. p.215. Mas era claro, que para esse movimento tendente a uma "centralização" era necessário contar com as várias elites políticas regionais.

civilização, podendo, inclusive, abrir brechas para transformar súditos em cidadãos. A consolidação do país pareceria continuar sempre incompleta sem o encaminhamento mínimo de esforços para a instrução se disseminar pelo vasto território do Império[2].

Mas claro era que não só pela disseminação da instrução e educação que a "barbárie" e o seu território seriam dominados e elevados a um estágio "superior". Antes disso, eram necessários a constituição e o domínio de um quadro administrativo sólido, obediente e confiável que propagasse a legitimidade do imperador e de seu modelo de se comportar e de ver o mundo.

Nesse extenso território a ser dominado, portanto, a burocracia do Estado preocupou-se em irradiar sua influência para a periferia[3], para os *seus confins*, ou seja, para as áreas do *sertão*, onde a população não usufruía das "benesses da nascente civilização", como dizia Paulino de Sousa, o visconde do Uruguai. Durante o período considerado formalmente como o de "construção do Estado", qual seja nas décadas de 1840 e 1850[4], o aparato estatal cresceu vertiginosamente, em especial no núcleo administrativo baseado na Corte, consumindo a maior parte das despesas imperiais. A partir desse núcleo, progressivamente, a influência dessa burocracia irradiou-se até as demais províncias. No final da Monarquia, a burocracia já estava enraizada nos lugares mais distantes do território imperial[5].

O vértice desse quadro burocrático, em cada diferente província do Império, era o presidente de província. Nos dizeres de Paulino de Sousa, os presidentes eram agentes diretos da administração imperial nas províncias, pois estavam em "imediato contato com o chefe do Poder Executivo ou com seus Ministros"[6]. Devido a esses contatos, e por ser o chefe da

[2] WEINBERG, Gregório. Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina. In: SAVIANI, Demerval. *Para uma História da Educação Latino Americana*. Campinas: Autores Associados, 1996.

[3] Segundo os estudos de Uricoechea, a burocracia não se modificou somente por ir adquirindo maior volume nas diferentes províncias, mas por cada vez mais procurar restringir o patrimonialismo que vigorava com quase exclusividade até os anos 40, impondo um "ritmo acelerado de racionalização". *Cf*. URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. R.J./SP: Difel, 1978.

[4] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: A elite política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 51.

[5] URICOECHEA, Fernando. *Op. cit.*, p. 101-103.

[6] Na Corte, os agentes administrativos diretos eram os próprios ministros. SOUSA, Paulino José de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960, p.117.

burocracia local, o presidente de província era o principal instrumento do governo central na tarefa de administrar o "imenso território" e de torná-lo uma nação[7]. Por meio do complexo de agentes que formavam a administração é que o governo central se colocava "em contato com os particulares, que lhes transmite as suas ordens, que estuda as suas necessidades e recebe as suas reclamações"[8].

Mas nesse contato com *os particulares*, a administração deveria apresentar-se distinta do poder político, constituída como uma burocracia que tendia à *racionalidade* isenta das paixões locais[9]. No entanto, "o poder político serve-se da administração para fazer prevalecer o seu sistema, e dar aos serviços públicos um impulso em harmonia com suas vistas"[10]. Ou seja, a administração provincial não deveria ser apresentada como um poder político *per si*, mas deveria procurar executar as ordens elaboradas na Corte[11], solucionar os problemas locais e encaminhá-los às instâncias superiores, quando a avaliação destes fosse necessária; mas, acima de tudo, teria de possuir uma postura e uma visão condizentes com o núcleo político do império.

O Mato Grosso, que em seu nome já trazia as características de qual tipo de lugar pertencia, era uma das regiões consideradas *sertão*. Pode, por isso, ser considerada também uma metáfora do próprio Brasil[12]: grande território com escassa população. Esse território tinha uma extensa fronteira com instáveis repúblicas hispano-americanas e também continha *grandes riquezas naturais*, porém "pouco aproveitadas" por sua população. Por sua vez, essa população, em sua maior parte, era considerada possuidora de hábitos *bárbaros* ou *semi-bárbaros*, o que os dirigentes imperiais consideravam grande obstáculo para o desenvolvimento do lugar.

---

[7] Não deve deixar de ser notado que os presidentes ficavam pouco tempo, em média um ano, exercendo seu cargo na província. Geralmente eram oriundos de outras localidades que não a do seu posto de liderança. Uricoechea acredita que essa pequena permanência dos presidentes em seus cargos era justamente uma tentativa para que não se criassem vínculos e solidariedades enraizadas no lugar e nem alianças com os interesses locais. URICOECHEA, Fernando. *Op. cit.,* p. 103.

[8] SOUSA, Paulino José de. *Op. cit.,* p. 26.

[9] Ibidem, p. 28.

[10] Ibidem, p. 26.

[11] Segundo Uricoechea, no final do Império as estruturas burocráticas associadas aos órgãos executivos tornaram-se generalizadas nas províncias. URICOECHEA, Fernando. A formação do Estado brasileiro no século XIX. In: *Dados,* n. 14, 1977.

[12] Segundo Marco Schettino, a distância do sertão à civilização européia permitiu a construção de novas identidades, que "no seu conjunto ajudam a construir a identidade nacional nesse interior, antes de tudo, metafórico". SCHETTINO, Marco. *Espaços do Sertão.* Brasília: UnB/ICHS. Dissertação de mestrado, 1995.

Dessa maneira, quando um presidente de província chegava ao Mato Grosso, não deixava de frisar que o seu principal objetivo era "elevar o grau de civilização e moral" da região. Para isto, sonhava com uma burocracia *racional*, característica de uma administração moderna, de um Estado moderno[13]. A burocracia racional deveria ser orientada, então, para os valores concernentes ao que acreditavam ser a *civilização*. Assim, *civilização* pode ser percebida como um valor a ser disseminado, devendo, os presidentes, ser o seu principal representante na região.

Dessa forma, a *civilização* pretendida pelos dirigentes das províncias pode ser considerada como uma cultura ou uma intenção de cultura. Pode-se afirmar isso se baseando no conceito de cultura utilizado por Geertz: "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; cultura representa essa teia de significações"[14]. Contudo, é pertinente considerar que tais significados não são partilhados igualmente por todos, como faz notar Panofsk[15]. As representações do mundo social, que seriam os referentes para os significados, são apropriadas de maneiras diferentes por cada grupo social. Roger Chartier, em seu estudo sobre a História Cultural, defende que as representações do mundo social são sempre construídas e determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Tais representações, contudo, aspiram à universalidade, em detrimento das particularidades[16].

Os presidentes de província em Mato Grosso, portanto, se esforçariam para que a população reconhecesse nos progressos materiais, tais como estradas e urbanização, no crescimento da instrução e nas mudanças de costumes os sinais de um "mundo melhor", diferente do deles. Ou seja, as teias de significados da população haveriam de mudar, teriam que corresponder ao que os dirigentes acreditavam ser a *civilização*. Esse era o esforço e o desafio dos dirigentes de província em Mato Grosso: fazer com que os significados mudassem, com que fossem os mesmos do centro político e civilizador do Império.

Para tal intento, os presidentes precisavam contar com personagens destacadas da província. Pessoas que seriam escolhidas para ajudar a admi-

[13] Sobre as características de uma administração moderna, ver a tipologia de WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, [s.d.]. v. 1, p. 142.

[14] GEERTZ, Cliffort. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

[15] Apud, CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

[16] CHARTIER, Roger, *op. cit.*, p. 17.

nistrar, mas também partícipes do mesmo ideal civilizatório e não menos sequiosas de manter ou ocupar posições privilegiadas nas suas localidades.

As atitudes dos cidadãos da "boa sociedade" em prol do Império contribuiriam para estreitar a distância entre a capital do país e as terras *longínquas* na região de fronteira. Estreitamento não necessariamente da distância física, mas do compartilhamento da idéia de se construir uma *nação civilizada* nos "sertões".

Dessa forma, várias ações voluntárias foram implementadas pelos homens mais notáveis da província. Nos anos 1830, por exemplo, quando se construía a estrada para o Piquiri, foi louvada a ajuda estabelecida pelo capitão José Antônio da Silva, que disponibilizava escravos e camaradas para a abertura da via. Possivelmente essa estrada poderia beneficiá-lo, passando por suas propriedades, mas também era vista como um melhoramento para muitos outros habitantes de Cuiabá e de outras partes da província.

Outro cidadão com "influência no lugar", João José de Siqueira, mais particularmente em sua freguesia, Santana da Chapada dos Guimarães, além de promover a cadeia e os "consertos" no caminho que ligava a capital a *Serra Acima* (como também se chamavam à região da Chapada), havia feito "vários" outros "serviços prestados à província"[17], como notava um governante.

Sousa Osório, que também era capitão da Guarda Nacional, ganhava destaque do presidente de província por voluntariamente fardar "à sua custa muitos guardas da sua companhia"[18]. Certamente isso ajudava o capitão a angariar respeito de seus comandados, o que também o ajudaria politicamente.

Outro exemplo de filantropia foi em Miranda. O cidadão Martim Gabriel de Melo e sua mulher, querendo elevar o *status* de seu povoado para vila, doaram por escritura uma casa para servir de câmara municipal. Da mesma maneira, quatorze habitantes do mesmo distrito fizeram uma cotização entre si para construir a igreja matriz de seu núcleo urbano[19].

Essa mesma igreja, depois da retirada paraguaia, foi reconstruída graças às doações pecuniárias dos soldados expedicionários de Mato Grosso,

[17] Arquivo Nacional (AN). IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

[18] AN. IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

[19] Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Relatório de Vice-Presidente de Província Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857.

como também devido a mais 500 mil réis que o bispo havia arrecadado entre os fiéis da capital da província[20]. Certamente participar da construção de um templo tinha um caráter especial numa sociedade de considerável devoção. Eram significados religiosos e sentimentais que extrapolavam o critério governamental que requeria um templo para o lugar ser considerado vila (além da câmara municipal era preciso uma igreja para uma localidade tornar-se vila, entre outros critérios). No caso dessa igreja, sua reconstrução seria também uma forma de mostrar que foram vencedores numa peleja contra os "bárbaros" paraguaios, desfazendo os atentados que sofreram.

O conflito contra o Paraguai foi um momento oportuno para as contribuições voluntárias. O capitão Antônio Cerqueira Caldas, líder do Partido Conservador, de "maneira patriótica, distinta e desinteressada" ofereceu a "sua grande casa situada no Largo do Arsenal de Guerra para servir de aquartelamento" dos soldados "durante as emergências atuais"[21].

Por outro lado, pessoas sem qualquer expressão político/partidária na sua cidade, como João Pedro Augusto, um habitante da capital, doou 500 mil réis para as "urgências da guerra"[22]. O sentimento patriótico também fez o padre Francisco José de Couto ofertar seis contos de réis como empréstimo, sem juro algum, "para socorrer as mais urgentes necessidades do serviço público"[23].

Assim, não somente pessoas *notáveis* da província se ofereciam para atitudes generosas. Mas eram os senhores *ilustres* os que mais freqüentemente se dispunham a colaborar com o Império. Claro que não somente por serem as pessoas que desejavam ser reconhecidas como benfeitoras da região, mas também por serem as que mais tinham condições de abrir mão de parte do que era de sua propriedade ou de seu direito em prol de uma causa pública.

Dessa maneira eram as listas de doações e empréstimos na época da guerra. Encabeçava a relação, de agosto de 1865, de empréstimos sem juros para as "urgências do Estado", o membro do Partido Conservador

[20] Relatório de Presidente de Província Chefe de Esquadra Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869-APMT.

[21] Comandante do Terceiro Batalhão João de Souza Osório. Cuiabá, 10 de janeiro de 1865, apud PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império* - Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

[22] AN. IJJ(9) 509. José Vieira Couto de Magalhães para ministro José Joaquim Fernandes Torres. Cuiabá, 11 de março de 1867.

[23] AN. IJJ(9) 509. Augusto Leverger para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 4 de novembro de 1865.

Antônio de Cerqueira Caldas, com a quantia de 24:500$000. Em seguida vinha o chefe de polícia Firmo José de Mattos, que logo também disputaria vaga na Assembléia, com 12:000$000. Depois aparecia o também homem público Antônio Antunes Galvão, com 4:400$000. Já o desconhecido Luiz Francisco Padilha disponibilizava 365$000. Por essa ocasião, o governo conseguia mais de 47 contos de réis, sem previsão de correção monetária alguma, ou mesmo prazo por escrito para a restituição[24]. Ou seja, era desde o início quase um fundo perdido.

Em outra listagem de concessões, feita anteriormente a esta última, o governo já tinha conseguido mais de 28 contos, nas mesmas condições que os citados anteriormente. Somente o fazendeiro e negociante Antônio Henriques de Carvalho forneceu 15 contos de réis.

Em outra relação, dessa vez de doações de parte do salário, o doutor Firmo José de Mattos vinha à frente, concedendo 200 mil réis. Era dez por cento de sua remuneração como chefe de polícia. Já o encarregado João Guarim de Almeida disponibilizava vinte por cento de seus vencimentos, que não chegavam a 167 mil réis.

Ora, a riqueza era, ao menos implicitamente, vista como critério para uma pessoa ocupar posições de destaque em sua região, não obstante as exceções. Dessa maneira era, por exemplo, que Leverger recomendava o cidadão Luiz Benedito Pereira Leite para ser o comandante da Guarda Nacional em Vila Maria. Como credencial, ele pertencia a "abastada família" do lugar. Da mesma maneira, o capitão de fragata indicava o negociante Henrique José Vieira para Diretor Geral dos Índios na província. Esse homem de comércio era herdeiro de "uma das mais consideráveis fortunas desta Província"[25].

Era por meio da riqueza que muitos cidadãos esperavam mostrar que estavam de acordo com as designações e prosperidade do Império, e assim eram merecedores também de graças e notoriedade concedidas pela monarquia. As principais formas de agraciamento eram transformar o morador do jovem país em um de seus nobres, ou seja, conceder-lhe títulos como os de barão, marquês, visconde, conde ou duque.

Os títulos de nobreza mais usuais durante a monarquia foram os de barão. Durante o Primeiro Reinado, 43 pessoas foram agraciadas com essa

[24] AN. IJJ(9) 509. Albino de Carvalho para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 8 de agosto de 1865.

[25] AN. IJJ(9) 507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 2 de agosto de 1851.

qualificação. Na época de D. Pedro II, mais de 900 cidadãos ganharam o posto mais raso da nobiliarquia brasileira. Se é possível considerar que houve muitas concessões de lugares na nobreza, em Mato Grosso houve apenas sete titulares da nobiliarquia do império, todos barões.

Não era necessariamente a riqueza que prevalecia como principal critério nesses casos de agraciamento. Mas era indicadora, e se fosse à ocasião, deveria ser ressaltada. O principal, certamente, era o político, o que muitas vezes faziam coadjuvar os dois requisitos. Leverger foi içado ao baronato num momento em que as atitudes de heroísmo e amor à pátria deveriam ser valorizadas. Não eram propriamente suas posses que o tornaram notável.

O barão de Aguapeí, além de grande proprietário, era chefe do Partido Liberal na província. Tornou-se barão em época de predomínio dos liberais na Corte. Colocá-lo na nobreza do Império era uma maneira de aproximá-lo mais ainda dos propósitos da monarquia, assim como o fortalecia entre os demais políticos. O título de barão de Diamantino para o coronel Cerqueira Caldas serviu também para reforçar a sua posição política e valorizar sua facção, no caso, o Partido Conservador, do qual se tornou o principal comandante na província.

É interessante notar que o primeiro título de barão para um morador de Mato Grosso foi somente concedido em dezembro de 1861. O agraciamento era para o fazendeiro e negociante Manoel Nunes da Cunha[26], que passou a assinar como Barão de Poconé, nome da mesma vila que residia. Se o seu município estava em *estagnação* – principalmente se comparado com as décadas anteriores, ou com outros lugares à beira do rio Paraguai –, os poconeanos podiam comemorar: tinham um nobre em sua vila. Apesar do título, Manoel Nunes da Cunha não se candidatava a cargos eletivos de proa em Mato Grosso, como o de deputado provincial ou geral. Mas, por vezes, servia como juiz de paz em sua freguesia, o que lhe dava praticamente o direito de presidir mesa eleitoral[27], cargo que muitas vezes, durante o império, poderia decidir a eleição em um lugar, de acordo com as manobras cabíveis.

Se esse último condecorado poderia ser identificado como ligado ao Partido Liberal, o barão nomeado em 1862 era membro do Partido Conservador. Era Joaquim José Gomes, o barão de Vila Maria. Apesar do

[26] MESQUITA, José de. *Genealogia matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1992.

[27] Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL). *Acta de eleiçao dos membros à Assemblea Legislativa Provincial*. Poconé, 24 de dezembro de 1863.

nome, sua residência era em Albuquerque, uma das menores freguesias de então, e onde o barão era um dos maiores proprietários[28]. Tal agraciamento já mostrava o desejo da monarquia em se ligar aos fazendeiros dos "sertões" também do sul da província, área já vislumbrada com grande potencialidade de desenvolvimento econômico com a abertura da navegação.

Firmo José de Mattos, que acabou sendo do Partido Liberal – inclusive seu chefe em substituição a Aguapeí –, e Antônio Maria Coelho, militante destacado do Partido Conservador, receberam seus títulos (barão de Casalvasco e barão de Amambaí, respectivamente) somente nos últimos meses da monarquia[29]. Era uma das derradeiras tentativas do Império em manter atraídos seus notáveis súditos para a sua pompa.

Dessa maneira, se desde o início da formação partidária os políticos locais demonstraram ter ligações com os partidos "nacionais", inclusive por intermediação de presidentes de província, os homens públicos de Mato Grosso também se relacionavam com os senhores da Corte por sua vontade de notabilização e prestígio na sua própria terra. Se um título de nobreza, que os distinguiria acentuadamente dos demais habitantes da província, era quase improvável, vários moradores de Mato Grosso se propunham ou eram propostos a receber mercês menores, mas também honoríficas de Sua Majestade. Era a graça de ganhar a nomeação para alguma ordem imperial, notadamente a do Cruzeiro, a da Rosa ou a de Cristo.

Essas ordens remetiam à lembrança dos tempos medievais na Europa. Eram usadas no império americano, a princípio, como distinção e honra do cidadão do novo país. Em uma formação hierárquica, assim eram divididos os membros das ordens imperiais: no mais alto grau havia o *comendador*, em seguida o *oficial* e por último o *cavaleiro*.

Não eram poucos os que desejavam tal notoriedade em qualquer dessas categorias. Para isso, precisavam contar em seu currículo trabalhos como filantropia, bons desempenhos em suas tarefas, alguma liderança política e/ou acumulação de riquezas. Além disso, é claro, deveriam estar de acordo com os desígnios imperiais, tais como a *ordem* em determinado momento, ou como a ajuda da construção da *civilização* em outra época.

Era o presidente de província ou o vice-presidente quem encaminhava as solicitações dos cidadãos para receber as mercês. Assim o vice-presidente Manoel Alves Ribeiro enviava o pedido de Cipriano Ribeiro Dias

[28] MESQUITA, José de. *Op. cit.,* p. 118.

[29] Ibidem, p. 230 e p.241.

Taques, morador de Diamantino, para receber a nomeação de cavaleiro da Ordem de Cristo. O vice-presidente acrescentava na solicitação dizendo que Dias Taques manifestava os "sentimentos de ordem", dos quais deu decidida prova quando em "1834 foi a Ordem Pública alterada na Província", agindo como um dos "elementos de segurança" em seu município, onde era juiz de paz[30].

Também era ser *elemento de segurança* o comentário que o presidente Zeferino Pimentel fazia sobre o tenente José Mariano de Campos. Este pedia para ser condecorado cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Zeferino colocava que Mariano de Campos era pessoa que gozava de "bom conceito" na província, fazendo parte da comissão do presidente encarregada das nomeações em Mato Grosso. Demonstrava sempre adesão à "Sagrada Pessoa de S. M. o Imperador". Por ocasião da chegada do presidente na capital, em substituição ao vice Manoel Alves Ribeiro, tomou todas as providências para que a sucessão fosse feita dentro da ordem[31].

Foi igualmente através do presidente Zeferino Pimentel que o major Félix de Miranda Rodrigues solicitava ser condecorado com a comenda da Ordem de Cristo. O presidente adicionava ao pedido que o suplicante era juiz de paz, "não poupando sacrifício algum para o restabelecimento da ordem". Também ajudava os "estabelecimentos pios" da capital. Gozava de consideração na cidade, não somente por sua fortuna, como no "acrisolado patriotismo e bons serviços a S. M. o Imperador"[32].

Outro governante não acrescentava comentário algum ao pedido de mercê de um súdito. Apenas se restringia a dizer que os documentos anexos eram verdadeiros. Assim foi o caso do vice-presidente Antônio Nunes da Cunha ao encaminhar a súplica de Caetano Metelo para receber a mercê de cavaleiro da Ordem da Rosa[33].

---

[30] APMT. "Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847". Manoel Alves Ribeiro para José Antônio Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 4 de outubro de 1843.

[31] APMT. Registro ... com o ministério do Império. Ano: 1843-1847. Zeferino Pimentel Moreira Freire para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 15 de novembro de 1843.

[32] APMT. Registro ... com o ministério do Império. Ano: 1843-1847. Zeferino Pimentel Moreira Freire para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 2 de setembro de 1844.

[33] APMT. "Correspondência Oficial da Presidência com o Ministério do Império Ano: 1847-1852". Antônio Nunes da Cunha para Manoel Alves Branco, ministro do Império. Cuiabá, 9 de setembro de 1847.

Entretanto, havia vez em que o governante não recomendava a agraciação do suplicante ao fazer o encaminhamento. Assim foi o pedido do padre Miguel Dias de Oliveira para ser cavaleiro da Ordem de Cristo. O presidente Ricardo Gomes Jardim comentava junto ao pedido que não via "motivo algum pelo qual o suplicante mereça a graça", a não ser o fato de ser vigário de uma freguesia[34].

Do mesmo jeito foi o pedido de Antônio Peixoto de Azevedo, que pedia a comenda da Ordem de Cristo ou a de oficial da Ordem da Rosa. O *delegado imperial* dizia que não eram "tantos" os serviços prestados pelo suplicante, nem eram "tais", que o fizesse merecer qualquer das duas condecorações[35].

Interessante notar o pedido de José Alves Ribeiro, principal líder político na década de 1840, no mesmo momento em que era presidente de província Joaquim José de Oliveira, quando era notório o desafeto e a rivalidade partidária entre ambos. Não obstante, o presidente encaminhou o requerimento do chefe político para ser honrado com a comenda da Ordem da Rosa, ou a comenda da Ordem de Cristo, ou mesmo o oficialato de Cristo. O presidente se restringiu a dizer que cabia ao ministro deferir a "súplica como achar de justiça"[36].

Não obstante, Ribeiro já era oficial da Rosa desde 1845. Devido a essa honraria era chamado também de "comendador", um nível acima do seu título, como na eleição para deputado provincial em 1847[37]. Mas na eleição de 1849, para deputado geral, o chefe liberal aparecia nas atas apenas como oficial de Ordem[38]. Possivelmente, então, também chamavam, por vezes, cavaleiro ou oficial de comendador, para ressaltar a importância do agraciado.

Seja como for, na última metade da década de 1850, o governo central se mostrou bastante interessado em distribuir mercês para os habitantes

[34] APMT. Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847. Ricardo José Gomes Jardim para José Carlos Pereira de Almeida Torres, ministro do Império. Cuiabá, 30 de dezembro de 1845.

[35] APMT. Registro ... Ministério do Império. Ano: 1843-1847. Ricardo Gomes Jardim para Joaquim Marcelino de Brito, ministro do Império. Cuiabá, 4 de maio de 1847.

[36] APMT. "Correspondência Oficial da Presidência com o Ministério do Império Ano: 1847-1852". Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 13 de janeiro de 1849.

[37] IMPL. Caixa 1849. *Acta da eleiçao de vinte Deputados a Assemblea Legislativa de Matto Grosso a que procedeu no Collegio Eleitoral da cidade de Cuiabá.* Cuiabá, 9 de dezembro de 1847.

[38] IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleiçao do Deputado a Assembléia Geral Legislativa deste Império pela Província de Mato Grosso.* Cuiabá, 5 de setembro de 1849.

do "sertão". Dessa forma foi ordenado para que o governo provincial fizesse uma lista das pessoas que poderiam ser agraciadas[39]. Ou seja, não eram mais os interessados do lugar que procuravam as autoridades para receber seus títulos honoríficos, mas a própria Corte que tomava a iniciativa para distribuir tais honrarias, num momento em que já havia fortes sinais do fracasso da "conciliação" no centro político do Brasil. Procurava-se, portanto, unir mais ainda os *cidadãos ilustres* das várias partes do território nacional para os propósitos do Império, não obstante as dissensões políticas. Era necessário que os homens notáveis se sentissem recompensados.

Dessa maneira, a lista feita pelo presidente Albano de Sousa Osório, já apontada anteriormente, contemplava conservadores e liberais de Mato Grosso. Mas o que interessa agora eram os predicados dos candidatos e sua incidência para delinear o perfil do homem que ajudava a ligar o "sertão" com o "centro" do Império. Assim, das 42 pessoas sugeridas, 39 dessas tinham, de alguma maneira, desempenhado serviços ao Estado, seja como membro da Guarda Nacional, seja como juiz municipal ou de paz, como delegado, ou em algum ramo da administração pública, como Joaquim de Sousa Caldas, que havia sido tesoureiro das rendas provinciais e era considerado também "proprietário com fortuna"[40].

Proporção grande era também o de "proprietários, negociantes e capitalistas" (pessoa que vivia de renda). Eram 34 pessoas nessas condições. E, entre essas, 16 eram consideradas com "grande fortuna" ou com alguma nomenclatura semelhante.

Já a ocupação de cargos eletivos no legislativo municipal ou provincial, demonstrando a expressão política no lugar onde morava, era frisada em 20 dos possíveis agraciados. Iam desde homens que foram vereadores em seus municípios, como Francisco Pereira de Carvalho em Diamantino, até outros que presidiram a Assembléia Legislativa, como João Batista de Oliveira.

Dessa forma, riqueza, cargos públicos e força política andavam juntos na maioria das vezes. Não obstante, entre os 42 sugeridos para as mercês, em sete deles o vice-presidente destacava que haviam feito serviços filantrópicos.

[39] AN. IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

[40] Ibidem .

**Qualidades destacadas das 42 pessoas indicadas para mercês, em 1857**

| | |
|---|---|
| Cargos na burocracia do Estado | 92,8 % |
| Proprietários, negociantes e capitalistas | 80,9% |
| Possuidor de grande fortuna | 38% |
| Mandatos eletivos no Legislativo | 47,6% |
| Serviços filantrópicos | 16,6% |

Fonte: Baseado em dados de AN IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

Em uma outra lista mais sintética de condecoráveis, feita, em 1859, pelo presidente Raimundo de Lamare, os predicados também não mudavam para os indicados, não obstante serem em proporções um pouco diferentes. Assim, em uma seleção de 21 nomes, o presidente destacou o fato de 19 deles já terem ocupado algum cargo público de nomeação. Apontava oito como ocupantes de cargos eletivos. Foram destacados seis como proprietários. Apenas dois por seus serviços filantrópicos[41].

**Qualidades destacadas das 21 pessoas indicadas para receber mercês, em 1859**

| | |
|---|---|
| Serviços no Estado | 90,4% |
| Cargos eletivos no Legislativo | 38% |
| Proprietários, negociantes e capitalistas | 28,5% |
| Serviços filantrópicos | 9,5% |

Fonte: Baseado em dados de AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

[41] AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

Se não eram muitos esses serviços voluntários, eles estavam longe de ser desprezíveis. Ora, a filantropia era uma maneira de contribuir para as causas do império, como a disseminação da instrução. O padre Ernesto Camilo Barreto, por exemplo, não figurando em nenhuma relação de condecoráveis feita por governantes, se propôs, ele mesmo, por meio do presidente de província, a receber do governo imperial uma mercê. Dos vários serviços prestados era destacado o fato de ter mandado imprimir um trabalho seu, "Compêndio Elementar de teologia Dogmática", às suas custas, que em seguida distribuiu todos os exemplares entre os alunos pobres do Seminário episcopal, onde lecionava. O presidente de província, que encaminhava o pedido, não destacou nenhum outro fato entre os "muitos outros serviços prestados", além dessa doação e o do seu preparo intelectual. O *delegado imperial*, dessa forma, mesmo sendo designado por gabinete liberal, indicava o padre do partido conservador, parecendo-lhe, "digno de qualquer graça que o Governo de Sua Majestade o Imperador queira dispensar-lhe"[42].

Não obstante, o fato de um morador de Mato Grosso já ter ou estar servindo o Estado demonstrava ser muito relevante. Não era raro pessoas de posses servirem como delegado ou juiz municipal. Era, inclusive, um dos passos da carreira política. Contudo, havia pessoas sem família com riquezas e serviços filantrópicos que devido ao seu trabalho na administração pública conseguia ser lembrado para as honrarias. Era o caso de Felicíssimo de Almeida Louzada. Nas duas listas aparece como funcionário da província, sem qualquer outra menção como "proprietário" ou membro da Guarda Nacional. Na verdade, ele trabalhava na secretaria do governo desde 1845, depois de ter sido professor em uma efêmera escola normal. Era apontado como um funcionário "discreto e inteligente", que tinha "zelo pelo serviço". Mesmo tendo sido eleito para deputado provincial para a legislatura de 1844-45, não pertencia às famílias tradicionais e ligadas à política. Parece que abandonou a vida partidária por um bom período, passando a ter como principal atividade, e possivelmente a única remunerada, a de secretário da presidência, servindo a diversos presidentes de diferentes tendências, sendo elogiado quando citavam o seu nome, principalmente porque era levado em consideração seu exíguo salário e a carga de serviço que tinha, sem perder a "discrição" nem a responsabilidade[43].

[42] AN. IJJ(9) 509. Alexandre Manoel Albino de Carvalho para José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Império. Cuiabá, 28 de março de 1864.

[43] Entre outros AN. IJJ(9)508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império Cuiabá, 29 de janeiro de 1855. RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 8 de julho de 1868.

Nas décadas de 70 e 80 ele voltaria a ser deputado provincial, com mais freqüência, depois de aposentado do serviço público. Isso reforça a tese de certa permeabilidade nas elites[44]. Sem embargo, não encontrei nenhum documento que demonstrasse ter sido esse funcionário agraciado com alguma mercê. Pelo contrário, até o final da década de 1860 continuava assinando somente como secretário da presidência[45].

Já por outro lado, Henrique José Vieira, citado pelo presidente Lamare como um "dos mais abastados da Província", no fim dos anos 60, já se encontrava como comendador[46]. Da mesma maneira, foram agraciados o filantropo da Chapada, João José de Siqueira, assim como outros figurões da política na província como Joaquim Gaudie Ley e Luiz da Silva Prado[47]. Ao que tudo indica a ligação com os "sertões" do Império por meio de honrarias incidia principalmente em lideranças políticas regionais que haviam desempenhado papel em cargos públicos, sem que fossem descartadas suas riquezas e filantropia.

As conexões da região com a Corte era um desejo compartilhado tanto pelo governo central, a fim de se fazer presente nos *confins do Império*, quanto dos homens notáveis do Mato Grosso, incluindo seus governantes, que esperavam benefícios vários por isso, inclusive o prestígio dentro de sua sociedade.

Contribuíam bastante para essa integração as honrarias concedidas aos cidadãos ilustres da província, notadamente aos que representassem alguma liderança em seus lugares de moradia (principalmente no caso do baronato) e que desempenharam funções relevantes no Estado e na sociedade (para as mercês de Ordem). Esses cidadãos contemplados eram fundamentais para intermediar a ligação dos demais habitantes da província (que deveriam fazer parte da civilização que se construía) com a Corte, o centro irradiador de um modo de conceber o mundo.

---

[44] ROSA, Marcelo Carvalho. Por uma sociologia do segundo escalão. In: *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, 2003.

[45] Não obstante, em seu testamento de 1892, já na República, portanto, Louzada demonstrava possuir dezenas de contos reis e imóveis na cidade. *Testamento de Joaquim Felicíssimo D'Almeida Louzada*, 14 de junho de 1892. Apud ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios*. As transformações nas Práticas de Enterramentos na Cidade de Cuiabá – 1850-1*889*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de mestrado, 2001.

[46] Ver por exemplo, IMPL. Caixa 1865. *Acta da apuração geral dos votos dos Collegios Eleitoraes desta Província para a eleição de vinte e dois deputados membros à Assemblea Legislativa Provincial.* Cuiabá, 4 de dezembro de 1865.

[47] Ver por exemplo, IMPL Caixa 1867. *Acta da apuração dos vottos para Deputados a Assemblea Legislativa Provincial, na cidade de Matto Grosso.* Matto Grosso, 13 de novembro de 1867.

*Recebido em 10/07/2008*
*Aceito em 20/08/2008*

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

GEERTZ, Cliffort. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec-INL, 1987.

MESQUITA, José de. *Genealogia matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1992.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império* - família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e cemitérios*. As transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá – 1850-1889. 2001. Dissertação (Mestrado em xxxx) – ICHS/Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Marcelo Carvalho. Por uma sociologia do segundo escalão. In: *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, 2003.

SCHETTINO, Marco. *Espaços do Sertão*. 1995. Dissertação (Mestrado em...) – Universidade de Brasília – UnB/ICHS, Brasília.

SOUSA, Paulino José de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960.

URICOECHEA, Fernando. A formação do Estado brasileiro no século XIX. In: *Dados,* n. 14, 1977.

_____. *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, [s.d.]. v. 1.

WEINBERG, Gregório. Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina. In: SAVIANI, Demerval. *Para uma História da Educação Latino Americana*. Campinas: Autores Associados, 1996.